



ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Sessão especial. Quero registrar a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima às sessões de 25 e 26 do corrente mês, em razão de infecção pulmonar. Agradecemos a presença da bióloga Alcione Ribeiro de Azevedo, presidente do CFBio - Conselho Federal de Biologia; do senhor André Camili Dias, biólogo e presidente do CRBio-01/MS, MT e SP; da bióloga Eliza Mendes, conselheira e tesoureira do CRBio-01; da senhora Neiva Maria Robaldo Guedes, vice-presidente do CRBio-01 e presidente do Instituto Arara Azul; da senhora Danusa Camanduchy Ferrari Maia, conselheira-secretária do CRBio-01. Em nome das senhoras e dos senhores, cumprimento todos os biólogos e os parabenoza pela data especial. Em poucos instantes, o deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente, fará uma menção especial aos biólogos. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Octogésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Noventa e Sete da Octogésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 168.0.073.0157, 168.0.073.0159, 168.0.073.0161 e 168.0.073.0162/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.834/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Carta nº 2.266/2024, da Águas Guaruroba. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Mara Caseiro e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara e Neno Razuk. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 53/2024, de autoria do deputado Lidio Lopes. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 25/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 207/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 8/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 188/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de José Maidana; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Stephania Vallentina Nicassio Nunes; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à conselheira Daiane Nogueira de Lira, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e ao sistema de justiça como supervisora do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), grupo de trabalho instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa elaborar estudos*



*e propor medidas concretas às demandas judiciais, envolvendo a assistência à saúde; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada à Escola Municipal Padre Anchieta, localizada no distrito de Vila Formosa, Dourados, pela comemoração dos cinquenta anos de sua fundação; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá, em nome dos senhores Valdinei da Conceição e Fabiano Moura, pela conquista do primeiro lugar na categoria Mel Escuro da 10ª edição do Prêmio CNA Brasil Artesanal, em Brasília; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à senhora Tainara Castelão Ricardo, pela coordenação da V Copa Integração da Aldeia Te'Yikue; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à equipe do Sete de Setembro de Dourados, pela iniciativa de disputar o Campeonato Estadual de Futebol da Série B, utilizando uniforme com a temática de conscientização contra a violência contra a mulher, violência no esporte e racismo; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Lucas de Lima, Zeca do PT, Lidio Lopes, Junior Mochi e Caravina. O deputado Zé Teixeira pediu destaque, e foi aprovado em discussão única e votação nominal, da Indicação nº 03029/2024, de autoria da Casa. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhoras e senhores deputados! Bom dia, todos os presentes! Não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para falar aqui da mesa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu quero apresentar uma moção de congratulação. Senhores deputados, por favor, eu gostaria que esta moção fosse assinada pelos vinte e quatro deputados da Casa. Momento histórico para Mato Grosso do Sul. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, convoca uma reunião para tratar da compra de terras que deverão ser entregues aos indígenas. Este é um sonho de trinta anos de várias pessoas. Quero destacar o papel do governador Eduardo Corrêa Riedel nesse processo histórico. Vamos ver quem vai pagar, se será a União ou se será o estado... Por favor, senhor presidente, garanta-me a palavra, porque está difícil fazer esta moção. Quero destacar também o papel da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul - Famasul, na pessoa do Bertoni e do advogado Gustavo Passarelli. Destaco, ainda, deputados Zeca do PT e Pedro Kemp, o papel importante do senhor Sebastião Eloy Pereira, militante da causa. O desejo do Brasil, hoje, foi atendido, em uma decisão histórica do STF, e será possibilitada a compra do Cerro Marangatu, de Antônio João, para que os



produtores rurais cedam a terra à comunidade indígena. Este é um avanço muito grande. Esta Casa já debateu muito o assunto, deputado Zeca do PT, inclusive quando Vossa Excelência foi governador. O deputado Pedro Kemp sempre debateu esse assunto aqui na Casa. Agora a coisa está acontecendo. Quero encaminhar uma moção de congratulação ao ministro Gilmar Mendes e a todos os atores envolvidos neste importante acordo. O produtor rural que comprou a terra, que obteve o título, tem o direito de ser indenizado. O produtor tem trabalhado nesses últimos trinta anos, tem colaborado para o progresso do estado, portanto, não pode ficar no prejuízo. A questão com os indígenas será resolvida. Acho que o presidente Lula tem condição de colocar no orçamento geral da União recurso financeiro anual para resolver a questão indígena no Brasil, deputado Zeca do PT. O município de Antônio João é o laboratório usado neste momento para tratar do assunto. Vamos dar continuidade a este processo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com certeza. Esta Casa estará atenta a tudo isso. A ação certamente atenderá todos os lados, mantendo o equilíbrio costumeiro. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, na mesma esteira do deputado Paulo Corrêa, quero fazer um registro. Enquanto ontem aqui nesta Casa nós estávamos discutindo uma indicação para que o governo federal fizesse as tratativas necessárias para dar encaminhamento às demarcações de terras indígenas, no Supremo Tribunal Federal estava sendo fechado um acordo, que foi assinado no final do dia, para resolver o caso do município de Antônio João. O acordo foi fechado entre o governo federal e o governo do estado. É bom lembrar que a participação do governador Eduardo Riedel foi muito importante, até porque, no processo histórico, foi Mato Grosso que emitiu os títulos daquelas terras, por ordem da União. Então, ele tem participação no processo. O governo federal e o governo estadual, em conjunto com o ministro Gilmar Mendes, fizeram um debate durante todo o dia, e foi acertado que seriam destinados 146 milhões de reais para pagamento de indenização aos proprietários rurais de Antônio João. Uma parte desse valor será direcionada para indenização de benfeitorias e a outra parte para indenização de terra nua. Dentro de quinze dias, firmado o acordo, os indígenas poderão, deputado Zeca do PT, entrar definitivamente em seu território tradicional e viver de forma tranquila e pacífica. Foi preciso que o governo Lula abra a negociação para resolver esse problema histórico aqui do estado. Enquanto o 'ex-presidente inelegível' dizia que não demarcaria mais nenhum centímetro de terra para os povos indígenas do Brasil, o presidente Lula, quando esteve aqui na JBS, disse para o governador Riedel o seguinte: "Eu o autorizo a comprar terras para fazer permuta, se for o caso, para acabar com esses conflitos envolvendo comunidades indígenas e produtores rurais". E, ontem, foi um dia histórico, porque iniciou-se esse processo de negociação. Infelizmente, foi preciso que o indígena Neri tivesse seu sangue derramado sobre a terra tradicional, para que o acordo pudesse ser realizado. Infelizmente uma vida se perdeu naquela região. Mas, enfim, agora o povo indígena poderá tomar posse definitiva de sua área. Os proprietários serão devidamente indenizados. Esperamos que tudo ocorra da melhor forma possível. Esta Casa também está de parabéns, porque por muitos anos nós fizemos gestões, para que o governo federal chegasse a esse entendimento junto com o governo estadual, intermediados pelo Supremo Tribunal Federal, e fechassem esse acordo. Eu concordo que nós devemos encaminhar uma moção de congratulação àqueles que se empenharam para que esse acordo fosse fechado. Esperamos e para que outros possíveis conflitos sejam resolvidos da mesma forma, para que nenhum dos lados seja injustiçado. É preciso garantir a posse da terra aos índios e a indenização aos proprietários que compraram as terras com boa-fé. É assim que os problemas devem ser resolvidos, de forma



civilizada, evitando mortes, conflitos, guerra no campo. Viva o governo Lula! Viva o governo do estado! Viva o Supremo Tribunal Federal! Viva o Brasil! Senhor presidente, agora eu quero apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhada moção de congratulação à advogada Gisele Marques de Carvalho, estendida aos ambientalistas e apoiadores do Movimento de Defesa da Reserva do Parque dos Poderes. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova moção de congratulação à advogada Gisele Marques de Carvalho, estendida aos ambientalistas e apoiadores do Movimento de Defesa da Reserva do Parque dos Poderes, pelas ações que visam à preservação da referida reserva e pela vitória junto à Segunda Câmara Cível do TJ/MS, que rejeitou, no último dia 24 de setembro, um recurso do governo do estado, e manteve a decisão que impede o desmatamento de 10 hectares no Parque dos Poderes para ampliação de órgãos públicos e construção de estacionamentos." Neste momento de discussão sobre as mudanças climáticas, o aquecimento global e tantos desmatamentos e queimadas, coisas que colocam em risco a vida humana no planeta, nós estamos vendo aqui ações de preservação da reserva da Mata do Cerrado e da Mata Atlântica, esses dois biomas ameaçados. Esses ambientalistas estão de parabéns, porque tiveram uma vitória importante junto ao TJ. As mudanças climáticas devem ser combatidas com ações de preservação do meio ambiente. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputados, eu quero registrar o ambiente de estabilidade, de equilíbrio que estamos mantendo nesta Casa. Desde o início desta legislatura, temos dito que vamos pautar, e estamos pautando, o nosso trabalho na busca de resultados. E o resultado alcançado ontem com o acordo fechado no STF que diz respeito às comunidades indígenas e aos produtores rurais foi muito significativo. Os atores vêm num debate há mais de trinta anos, e a convergência parecia impossível. Mas, hoje, enfim, um resultado positivo está sendo alcançado. Portanto, quero parabenizar todos os envolvidos neste processo pelo bom senso. Deixadas de lado as posições ideológicas e assumido o compromisso de humanidade, comunidades indígenas, famílias, pequenos produtores e grandes produtores puderam ter esperança de dias melhores. Esta Casa, que há décadas cobra uma solução para este problema, pode comemorar. Independentemente da busca por culpados ou heróis, o importante é que o estado de Mato Grosso do Sul e a União resolveram o problema. Espero que nós comemoremos mais vitórias como esta aqui na Assembleia Legislativa. Fica registrado o nosso agradecimento a todos os envolvidos nesta importante negociação. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos prestigia aqui neste Plenário, servidores da Casa e imprensa, bom dia! Eu também quero, antes de mais nada, fazer um registro. Desde 2007, no meu primeiro mandato, é feita aqui na Casa essa discussão a respeito das terras indígenas. E o conflito pelas terras só se intensificou ao longo dos anos. E solução seria indenizar os proprietários, que adquiriram as áreas de forma legítima, cujo título foi emitido pelo estado brasileiro. Não havia como tirar o proprietário da terra sem indenizá-lo. E a primeira área invadida, ou ocupada, pelos indígenas foi justamente a Cerro Marangatu, em Antônio João. Eu estava na prefeitura juntamente com o Dácio Queiroz, filho de um dos proprietários da área invadida. Isso foi em 1998, 1999. Portanto, ao chegarmos a uma solução pacífica, consensuada, quanto a essa questão, abrimos o caminho para a solução de outros conflitos da mesma natureza existentes aqui no estado. E o estado demonstrou interesse



em resolver o problema, apontou o caminho e a solução. O processo já tem muitos anos. As decisões judiciais já foram concedidas. Este foi o primeiro caso a ser resolvido. A gente pode transformá-lo num símbolo de convivência pacífica e harmônica entre as etnias indígenas e os produtores rurais. Este é um avanço muito grande. Isso precisa ser ressaltado. O governo, o STF, os indígenas e os produtores rurais se sentaram à mesa, dialogaram e chegaram a um termo. Eu costumo dizer que os posicionamentos ideológicos ou de convicção são importantes, mas o que constrói é o consenso. Assim é possível avançar. Este é o trabalho desta Casa. O senhor foi feliz, presidente, em sua colocação. Eu quero parabenizar todos os envolvidos no processo de negociação e todos aqueles que, ao longo desses anos todos, deram o melhor de si, e muito entregaram a própria vida, para que hoje o sonho se transformasse em realidade. E esta Casa, através da proposta do então deputado Laerte Tetila, criou o Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati), a fim de que fossem transferidos recursos para indenização dos proprietários. O que não aconteceu. E várias outras discussões nesse sentido ocorreram aqui. Eu, em certa ocasião, estive com o então ministro da Justiça, hoje presidente do STF, Alexandre Moraes, e discutimos a respeito disso. Não avançamos muito. Depois, o presidente desta Casa, o deputado João Grandão e eu conversamos com o ministro Osmar Serraglio a fim de buscarmos uma alternativa. Buscamos até um parecer fundamentado por um procurador do estado do Paraná, para que fosse disponibilizado um montante de cerca de cem milhões de reais para indenização. Isso quando o presidente da República era o Michel Temer. Mas, enfim, chegou-se a esse entendimento histórico, marcante, que sinaliza um caminho de paz e de prosperidade para Mato Grosso do Sul. Parabéns ao governo federal! Parabéns ao STF! Parabéns ao governo do estado! Senhor presidente, eu quero, agora, fazer umas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando a instalação de redutores de velocidade e sinalização adequada na rodovia MS-423, especificamente na região da Serra da Alegria, em atenção à solicitação do vereador José Odorico, encaminhada ao nosso gabinete por meio do Ofício nº 388/2024, aprovado pela Câmara Municipal de Rio Verde. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, em caráter de urgência, solicitando a execução de obras de encascalhamento levantamento de greide na rodovia MS-142, no trecho compreendido entre a rodovia MS-223 e a BR-359. O pleito encontra justificativa na solicitação do vereador Carlos Henrique, proposição aprovada na Câmara Municipal de Coxim. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao segundo-sargento QOPM Antônio Pereira Holosback, lotado na cidade de Campo Grande, que, durante um dia de folga em Coxim, no dia 5 do corrente mês, atuou de forma decisiva e corajosa no salvamento de duas mulheres que estavam sendo agredidas por um homem armado com uma faca. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Sandro Luiz, empresário, fundador da Dale Sorvetes, que faleceu, aos quarenta e nove anos, no último domingo, dia 22. Se aprovada, a presente emoção poderá ser redigida nos termos que se seguem. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Jesuína de Souza Araújo, que faleceu, no dia 24 de setembro. Se aprovada, a presente emoção poderá ser redigida nos termos que se seguem. É só, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz... Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: cinco indicações (Prot. nºs 03067/2024, 3066/2024, 03063/2024, 3065/2024, 3064/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma moção de congratulação (Prot. nº 03062/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 3085/2024, 3084/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 3081/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 3083/2024, 3082/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma moção de pesar (Prot. nº 03074/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 03078/2024, 03077/2024, 3080/2024, 3079/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 03054/2024, 3055/2024, 3053/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: Três projetos de resolução (Prot. nºs 3061/2024, 03058/2024, 03056/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 3070/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de congratulação (Prot. nº 3075/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de resolução (Prot. nº 03071/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 03072/2024, 03073/2024, 3060/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 3059/2024); dois projetos de resolução (Prot. nºs 03076/2024, 3057/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 3069/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 03068/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Agradecemos a presença do tenente-coronel Edevaldo Souza Lima, comandante da Cavalaria da PM/MS; do coronel PM Juraci Pereira, presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais; do tenente PM Alberto Lorenzetti, presidente da Ame - Associação dos Militares; da senhora Daniele Marques Viera, diretora da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais; do coronel José Carlos Rodrigues, comandante do Policiamento Ambiental da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul; do senhor Aldinei Peres, tenente -coronel do Corpo de Bombeiros. Obrigado. Sejam bem-vindos! Com a palavra, neste momento, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres colegas deputados, biólogos presentes e público que nos acompanha, eu venho enaltecer os quarenta e cinco anos de regulamentação dos profissionais de biologia e trazer uma reflexão, neste momento de muitas incertezas quanto ao futuro, por conta das catástrofes climáticas. A falta de água nos preocupa, os recursos hídricos estão desaparecendo. Eu vi nos noticiários que o rio Solimões está se tornando um deserto. Estive no rio Miranda recentemente e constatei que é possível atravessá-los a pé. Um rio que já teve muita água. Há uma grande incerteza com relação ao clima. Pensamos: "O que será do nosso futuro?", enquanto o Pantanal pega fogo. Estive, ontem, em Dois Irmãos do Buriti. Lá paira uma fumaça, parece que o céu se achatou, parece que ele está mais perto do chão. Mas não é nuvem, é fumaça, é fuligem. O fogo está destruindo o nosso bioma. Temos visto esse cenário em vários locais Brasil afora. Há muitas incertezas. Além das mudanças climáticas, outras coisas nos preocupam: superbactérias e supervírus se alastram por todo o mundo, atingindo não só o ser humano, mas também os animais e as plantas, caros amigos biólogos. Nós estamos vendo laranja chegar a Sidrolândia, porque está saindo de São Paulo. Isso por conta de doenças como o cancro. A laranja precisa de locais livres de fungos e bactérias. Nós estamos vendo a gripe aviária crescer em nosso estado. Aliás, a gripe aviária é um problema mundial. Vimos também a peste suína, que dizimou a suinocultura da China, e o Brasil ocupou esse espaço. Mesmo os países desenvolvidos não encontram resposta para todos esses acontecimentos que retratam esse novo mundo. Diante disso tudo, a classe política, a sociedade, todos nós buscamos a luz da ciência para explicar esses processos, tanto macro quanto micro. Cada vez mais viagens espaciais estão sendo feitas para ver o mundo, para ver como ele



funciona no macro e no micro. E tanto no macro quanto no micro há um profissional que se destaca: o biólogo. A biologia está presente em todas essas esferas, está presente na busca pelo entendimento acerca do Universo e da vida na Terra. E conhecer isso é conhecer o presente e nos proteger de um futuro catastrófico. O Dia do Biólogo é comemorado há quarenta e cinco anos, e durante esse tempo os biólogos vêm buscando o seu espaço e o reconhecimento da sociedade. E mais do que isso, senhor presidente e nobres colegas, eles vêm buscando proteger a sociedade dos maus profissionais, através dos conselhos regionais e do Conselho Federal. E fortalecer essa categoria é, sem dúvida, fortalecer também os conselhos. Hoje nós temos a grata satisfação de ter conosco o presidente do CRBio-01, André Camilli Dias; e a aconselha Neiva Guedes, vice-presidente do CRBio e presidente do Instituto Arara-Azul. A gente conhece o projeto da Neiva, vê-o nos telejornais, ela tem feito um trabalho fantástico com as araras. Graças a ela, hoje nós podemos dizer que há uma esperança de a arara-azul não entrar em extinção. Por conta da dedicação e da vontade de uma bióloga, a arara-azul, esse animal símbolo do nosso estado, que atrai os olhares do mundo, poderá continuar entre nós, dando-nos alegria, voando por vários lugares. Aqui no Parque dos Poderes sempre há araras. Isso muito nos alegra. Quero aproveitar e registrar a presença da Eliza Mense, conselheira e tesoureira do CRBio; da bióloga Alcione Ribeiro Azevedo, presidente do Conselho Federal de Biologia; e da bióloga Danuza Maria, conselheira e secretária do CRBio. Hoje estamos comemorando os quarenta e cinco anos de regulamentação dessa profissão tão importante. Nós temos a satisfação de dizer que o governador de Mato Grosso do Sul é biólogo. Por conta da formação e da sensibilidade do nosso governador, conseguimos aprovar a Lei do Pantanal, que visa dar mais proteção ao nosso meio ambiente. O governador esteve em várias discussões aqui nesta Casa, esteve em Brasília, reuniu-se com setores da produção, com universidades, liderou esse processo e fez a diferença para o futuro do nosso Pantanal. Está presente aqui também a PNA, que tem feito um trabalho incrível, com vários biólogos. Aqui perto da Aems há um Cras que faz um trabalho belíssimo, que recupera a saúde de animais atropelados, acidentados, e os devolve à natureza. Aqui na cidade temos o Bioparque Pantanal, preparado para receber pessoas de todos os lugares. Amanhã, aliás, acontecerá um seminário em comemoração dos quarenta e cinco anos da profissão dos biólogos. O Bioparque Pantanal será referência, senhor Arthur, no estudo da nossa fauna aquática. Quem gosta de praticar a pesca esportiva sabe da importância de conhecer os rios. Quando eu era menino, eu ia na curva do rio Ivinhema, perto dos coqueirinhos, e lá havia uma enorme quantidade de cascudo, naquela época. Antigamente, inclusive, a gente podia jogar tarrafa lá na região. Depois foi proibida a pesca de cascudo com tarrafa. Eu pensava: logo, logo esses cascudos vão começar a subir em árvores, vão começar a disputar fruta com os passarinhos. Hoje, quarenta anos depois, quase não há mais cascudos lá. Vejam a importância de se conhecer a biologia. É preciso levar em conta a água, o alimento, uma série de coisas, para que aconteça o tão sonhado equilíbrio dos biomas. Não basta simplesmente fazer uma ação pontual, dizer: "Ah, eu vou proibir isso, vou proibir aquilo!". Claro que fazer a proibição é necessário. Mas precisamos conhecer todas essas coisas, para que consigamos preservar a fauna e a flora do nosso estado. O Bioparque, por sua vez, terá um papel primordial na condução dos trabalhos de proteção do nosso bioma. Para encerrar, quero, mais uma vez, destacar a importância do conselho e a importância de a nossa capital estar presente nesses quarenta e cinco anos de regulamentação dessa profissão. A Biologia é reconhecida por sua importância, no entanto, muitas vezes, o profissional não. Mas essa categoria tem produzido resultados muito significativos para o nosso estado, para o Brasil e para o mundo. Vivam os nossos queridos biólogos! Deus abençoe e proteja esta profissão tão importante para nossa sobrevivência! Muito obrigado.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhoras e senhores, nós temos um vídeo para passar. [Apresentação de vídeo]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns a todos os biólogos, ao conselho e ao CRBio!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, primeiramente eu quero parabenizar os biólogos, e o faço em nome da Neiva, que faz um trabalho extraordinário, reconhecido internacionalmente, em prol das araras-azuis. Bem, eu solicitei a palavra, na verdade, para falar dos servidores técnicos e administrativos da Secretaria de Fazenda e do Detran. Representantes dessas duas categorias me procuraram a fim solicitar que eu apresente ao governo um pedido de aumento. Os servidores da Secretaria de Fazenda reivindicam aumento do auxílio-saúde e os servidores do Detran reivindicam aumento do auxílio-alimentação. Como há colegas deputados que já estão fazendo interlocuções em prol de outras categorias, quero dizer que eu conversei com o secretário de Governo, Rodrigo Peres, e ele me disse que as categorias que já discutiram o assunto com o governo, que já definiram os valores, terão seus projetos encaminhados após o processo eleitoral. O governo respondeu desta forma a mim e ao líder do governo nesta Casa, deputado Londres Machado. Portanto, após o dia 6 de outubro, os projetos serão encaminhados a esta Casa para discussão e votação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Quero registrar que nós faremos uma Sessão Extraordinária para votarmos a redação final de um projeto do Executivo. Entre a Ordem do Dia e a Sessão Extraordinária, faremos a homenagem aos biólogos... Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário! Cumprimento, de maneira especial, os biólogos aqui presentes. Eu quero informar, presidente, que vou colocar sobre a mesa uma moção de pesar pelo falecimento da senhora Elisa Ibrahim Zaire do Nascimento, ocorrido no dia 23 do corrente mês. Ela era uma médica muito conceituada, de uma família tradicional aqui de Campo Grande, mãe de um grande amigo meu, o Ibrahim. Apenas isto. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passamos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário [em exercício], deputado Paulo Corrêa, sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 207/2024. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre as fases do procedimento de licitação para a contratação de obras no âmbito dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo estadual." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente e colegas parlamentares, eu venho discutir este projeto de lei estadual que visa inverter a ordem das etapas instituídas por lei federal para os processos de licitação. Para quem não entende de normas administrativas, para o público em geral, quero esclarecer que há um cronograma bem montado a ser seguido. Isso para que todos os interessados possam, em igualdade de condições, apresentar seus lances, se classificar, se habilitar e ser contratados pelo poder público, caso vençam o certame. Mas o que prevê o presente projeto? Ele prevê a inversão das fases. A meu ver, isso dará condições de contratação com o poder público àquelas empresas que já têm, todos os anos, seus contratos feitos e refeitos, dando continuidade àquela corrupção institucionalizada (quando há). E assim não há chance de contratação de outras empresas. A nova Lei de Licitações, colegas Professor Rinaldo e Lidio Lopes, prevê, no seu artigo 17, o cronograma. Então, existem as fases de divulgação do edital de licitação, de apresentação de propostas, de lances, quando for o caso, como por exemplo, no pregão, de julgamento das propostas e de habilitação. Agora, o projeto em questão prevê etapas invertidas, como se o fim fosse o começo e o começo fosse o fim. Para ser justo com o governo, essa ideia, deputado Zeca do PT, foi do governo? Não. O legislador federal previu a possibilidade, deputado Pedro Pedrossian Neto, de inversão de fases. Está no parágrafo 1º. A fase referida no inciso V do caput do artigo 17 diz: "Poderá, mediante ato motivado, com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder às fases referidas nos incisos anteriores deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação." Esta é uma das fases anteriores, deputado Marcio Fernandes. Então, vejam! Quando nós temos: motivo, justificativa e edital de convocação, dando publicidade, deputado Zeca do PT, Vossa Excelência que foi ordenador de despesas, nós estamos equiparando e dando previsibilidade. Porém, como nós podemos perceber aqui neste projeto, eles seguem a nova Lei de Licitações, que dispõe sobre as normas gerais de licitações, invertendo as fases. Ocorre que, com esta proposta, nós estaremos deixando de lado a nova Lei de Licitações, que foi debatida, que passou por todas as comissões no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional, e fazendo uma exceção virar regra em Mato Grosso do Sul, especialmente para licitações que tratam de procedimentos de alta monta de obras e serviços de engenharia, contrariando a Constituição Federal, que diz que cabe, conforme lei complementar, um tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive para as de regimes especiais simplificados, nas contratações com o poder público. Então, toda aquela propaganda bonita do governo ao se candidatar, ao se eleger, está sendo, neste momento, invertida, com o aval de Vossas Excelências. E mais: nós vimos que o foco, deputado Pedrossian Neto, desta proposta de legislação são obras de engenharia de alta monta. E nós perdemos o secretário de Obras do governo do estado. Por quê? Será que há um elevado número de obras que não tiveram andamento nesses anos todos de governo? Será que, por conta do despreparo da equipe técnica que foi montada pelo governador, há que se fazer agora a inversão das fases para corrigir uma incompetência do governador?... Fica a dúvida. E fica dúvida também nas palavras da ministra Carmem Lúcia, deputado Lidio Lopes, que diz o seguinte: "A alteração da ordem das fases



licitatórias poderia gerar insegurança jurídica e comprometer os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência." E o procurador-geral da República, especificamente sobre as alterações de fase, destaca que um dos problemas de se proceder à habilitação dos licitantes antes da classificação é o potencial de alongar a duração de licitações por conta da interposição de recursos e limitações complexas, por exemplo, classificação de proponente incapaz de comprovar capacidade de execução, trazendo atos ímprobos e de corrupção." Então, eu trago a Vossas Excelências a pergunta: por que estamos procedendo assim, se já havia um comando legal na própria lei federal? Outra coisa importante, deputado Coronel David, é destacarmos a nossa capacidade legislativa de determinar normas gerais sobre esta matéria. Então, a reflexão que faço é: em diversos espaços constitucionais de concorrência, como é o caso da presente legislação, a nossa Comissão de Constituição e Justiça não deixa, deputado Lidio Lopes, na mesma hipótese de competência concorrente entre os demais entes federativos, legislar sobre o procedimento, quando a matéria é de interesse dos deputados; diz que é de competência exclusiva. Então, é importante a gente entender também que chega ao Plenário uma súplica do governo, em razão de sua incompetência técnica para montar equipes e que quer corrigir um problema de mais de oitocentos milhões de reais que estão parados dentro da sua estrutura, da sua secretaria. Quer que nós autorizemos, neste momento, a correção de um problema exclusivo do governo. Não há problema em se fazer isso, desde que tudo seja esclarecido, conversado e debatido adequadamente. Essas são as reflexões que trago a Vossas Excelências. Vou encaminhar meu voto contrário. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Presidente, eu ouvi atentamente o deputado João Henrique. Acho que são legítimas as preocupações dele. Os colegas deputados têm de refletir, de fato, sobre o tema. Mas aqueles que sabem da dificuldade que é fazer um processo licitatório têm de elogiar essa medida do governador Eduardo Riedel, que estabelece uma lógica no sentido de desburocratizar e facilitar o processo licitatório. Do ponto de vista jurídico, acho importante a gente ler o texto legal, para que os colegas deputados tenham plena consciência da legalidade e da juridicidade dessa medida do governo, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 118.353, fixou a seguinte tese de repercussão geral do Tema nº 1.036: "São constitucionais as leis dos estados, do distrito federal e dos municípios, que, no processo licitatório, antecipam a fase de apresentação das propostas à da habilitação dos licitantes, em razão da competência dos demais entes federativos de legislar sobre procedimento administrativo." Então, fixou-se uma repercussão geral com relação a esses temas, porque outros estados já apresentaram legislações análogas. Isso já foi debatido e já está absolutamente pacificado pela mais alta Corte Constitucional deste país. A medida, portanto, é legal...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NTO (PSB) — Pois não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para contribuir com Vossa Excelência. Eu estava olhando a parte jurídica. E vejam! A própria Lei nº 14.183, no parágrafo 1º do artigo 17, diz que a fase de licitação pode ser invertida. Em palavras simples: tem habilitação e preço. Hoje é comum dar primeiro o preço para depois ver se a empresa tem habilitação. O que o



governo está fazendo? "Vamos ver se a empresa tem os documentos, se está tudo certo, para depois dar o preço". O STJ já faz assim, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul já faz assim, e o Brasil todo está fazendo assim. Nós estamos só regulamentando esse processo. E já está pacificado pelo STF que pode. O que passa disso é só posição política.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Justamente. Obrigado pela contribuição. É mais uma coisa absolutamente normal, lógica, corriqueira, que vem para melhorar as coisas. Vamos verificar quais são as empresas que podem ser habilitadas antes de fazer um esforço adicional para analisar proposta, preço, capacidade de execução. Então, a intenção é ver a habilitação, se a empresa tem condições de prestar o serviço. Se a empresa não tiver condições de prestar o serviço, basta retirá-la do processo e pronto. É muito mais simples, lógico, legal, constitucional. Portanto, eu vou encaminhar voto favorável. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, meu terminal não está querendo deixar. Mas eu voto não. E não é só o meu que está com problema, o do deputado Junior Mochi também está, em que pese ele deva voltar favorável.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Reinicie ou troque o terminal. Ainda em votação. Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

Projeto de Lei nº 207/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor primeiro-secretário sobre o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 08/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 127, de 15 de maio de 2008, nos termos que menciona, e dá outras providências. Tem por objetivo fixar a forma de retribuir o militar designado para exercício simultâneo de mais de uma função privativa da carreira, garantindo-lhe indenização de maior valor." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, às Emendas Supressivas nº 04, 05 e 08 e à Emenda Modificativa nº 09, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, às Emendas Supressivas nº 04, 05 e 08 e à Emenda Modificativa nº 09, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 08/2024, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Parabéns à PM pela conquista do benefício! Parabéns a todos os envolvidos! Lembrando, senhores deputados, que nós faremos uma extraordinária ao final desta Sessão. Nós precisamos que Vossas Excelências permaneçam aqui para concluirmos a votação deste projeto...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para cumprimentar os policiais militares e bombeiros militares que estão aqui hoje no Plenário acompanhando esta votação. Aproveito para agradecer o voto favorável de cada deputado e deputada, porque este benefício representa uma grande conquista para os militares estaduais, e mostra que o governador Eduardo Riedel tem palavra e valoriza esta categoria de profissionais que arriscam a própria vida para proteger a sociedade. Muito obrigado, presidente. A sua participação nesse processo foi decisiva. Fica registrado o nosso agradecimento ao governador Eduardo Riedel.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 027/2024. Autor: deputado Coronel David. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

Projeto de Resolução nº 027/2024, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Ronaldo Perches Queiroz. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 034/2024. Autor: deputado Caravina. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

Projeto de Resolução nº 034/2024, de autoria do deputado Caravina.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Lúcio Roberto Calixto Costa. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 363/2023. Autor: deputada Mara Caseiro. "Estabelece diretrizes para o estímulo da atividade de podólogo, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para declarar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declarar seu voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para manifestar a importância de nós reconhecermos a profissão dos podólogos, essa categoria que tanto contribui para a saúde das pessoas, principalmente dos diabéticos. Há um grande número de amputações de membros, inclusive de pés, por conta da diabetes. E os podólogos ajudam muito no cuidado a esses pacientes, eles sabem lidar com as feridas que muitas vezes os diabéticos apresentam, principalmente na região dos pés. Peço aos colegas parlamentares que votem sim. Obrigada. Voto sim.

Projeto de Lei nº 363/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 187/2024. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual, a doar, com encargos, ao município de Sonora, os imóveis de sua propriedade que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

Projeto de Lei nº 187/2024, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 190/2024. Autor: Poder Executivo. "Autoriza a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (Jucems) a isentar o devido preço público dos seus serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 190/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 8. Em discussão única e votação simbólica. "Dois requerimentos, doze indicações, quatro moções de congratulação e uma moção de pesar." Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 9. Moções de pesar. "Proposta pelo deputado Roberto Hashioka em razão do falecimento do senhor Márcio Bergamaschi Garcia." Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Encerrada a Ordem do Dia. Por deliberação, não haverá Explicações Pessoais. Solicito que a Severina, do Cerimonial, assumo seu lugar para fazer a homenagem aos biólogos. Mais uma vez, em nome da Casa da Democracia, parabênizo esta importante categoria. Eu vou descer para ajudar na entrega das homenagens. Está suspensa a Sessão (10h50min)...

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Senhores parlamentares e membros da diretoria do Conselho Regional de Biologia da Primeira Região, biólogos conselheiros, profissionais das diversas áreas, senhoras e senhores, bom dia! Sejam todos bem-vindos a este Parlamento! O presidente desta Casa de Leis, deputado Gerson Claro, e os demais parlamentares recebem nesta manhã a diretoria e os conselheiros do CRBio-01 para o ato de entrega de homenagens a beneméritos profissionais, em comemoração aos quarenta e cinco anos de regulamentação da profissão da categoria e pelos seus relevantes serviços prestados à sociedade. Convidamos, para participarem da entrega das homenagens, o presidente desta Casa, deputado Gerson Claro; e o deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente da Casa e presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável... Convidamos também a bióloga Alcione Ribeiro de Azevedo, presidente do Conselho Federal de Biologia; e o biólogo André Camille Dias, presidente do CRBio-01, que envolve Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo... Obedecendo ao critério de ordem alfabética, passemos à chamada dos agraciados. Convidamos o coronel Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo, oficial da reserva da PM/MS no posto de coronel, formado em Direito, MBA em Marketing e mestre em Ciências Políticas de Segurança e Ordem Pública. Em 2024, ele foi condecorado e incluído numa lista mundial, nos Estados Unidos, como "explorer", pelos seus feitos ao planeta... Convidamos o homenageado Arnildo Pott, agrônomo, com doutorado em Ecologia Vegetal na Austrália, pós-doc na Escócia, pesquisador na Embrapa Pantanal de 1980 a 2008, professor da UFMS. Ele é a maior referência em botânica do Cerrado e do Pantanal. O deputado Paulo Corrêa vai acompanhar a entrega das homenagens. Convidamos o homenageado Arthur Henrique Leite Falsete, graduado em Gestão de Agronegócios



pela UFV, MBA pela FGV, doutorando pela UFGD em Sustentabilidade e Tomada de Decisões, neste ato, representando o governo do estado. Todos os deputados estão convidados a participar juntamente com o presidente deste momento... Convidamos a homenageada Cláudia Malani Gaigher Bucker, jornalista pela Universidade Federal do Espírito Santo, trabalhou na TV Gazeta desde 1998 em Mato Grosso do Sul, onde foi repórter da rede nacional da TV Globo. Há vinte e quatro anos, ela vem divulgando os biomas brasileiros, colocando em destaque o Cerrado e o Pantanal; é escritora, produtora e palestrante Brasil afora... Convidamos a homenageada Daniela Yshimaru, bacharel em Ciências Contábeis pela Unip, trabalha no CRBio-01 desde 2013 como assistente administrativo nas áreas financeira e contábil, atualmente ocupa o cargo de assessora II, "controller", destacando-se como jovem expoente na gestão pública... O CRBio-01 homenageia o deputado Gerson Claro, professor, advogado e presidente deste Parlamento. Convidamos, para fazer a entrega desta homenagem, a bióloga Elisa Mense, conselheira presidente do Conselho Federal, e o André Camilli Dias, presidente do CRBio-01... Convidamos o homenageado Paulo de Tarso Garcia Ferreira, formado em Gestão Pública, MBA em Liderança e Gestão de Pessoas; esteve no CRBio-01 de 2012 a 2018, na chefia do setor de Registro Profissional, Protocolo. Nesses doze anos, vem trabalhando com atendimento direto ao profissional biólogo, em vários níveis, destacando-se como jovem expoente na gestão pública... Convidamos o homenageado deputado Renato Câmara, engenheiro agrônomo, primeiro-vice-presidente deste Parlamento, presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável... O André Camilli Dias, presidente do CRBio-01, está entregando a homenagem ao deputado... Convidamos homenageada Rosângela Maria Rocha Gimenes, formada em Direito pela UCDB e em Administração pela Uniderp, pós-graduação em Direito Ambiental pela UFPR, além de outros cursos; destaca-se pelo seu desempenho e profissionalismo frente à presidência do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande. Ela é servidora do Imasul... Convidamos a homenageada Sueli de Oliveira Bonaffi Santos, técnica em Contabilidade, licenciada em Pedagogia, pós-graduada em Gestão Pública; ingressou no CRBio-01 em 1994 como auxiliar administrativa; é uma das colaboradoras mais antigas e uma das maiores referências do Conselho... Muito bem. Agora, convidamos os senhores deputados e os homenageados a se posicionarem aqui à frente para uma fotografia oficial... Em nome do deputado Gerson Claro, presidente deste Parlamento, do deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e dos demais parlamentares desta Casa de Leis, agradecemos a todos os presentes... Eu devolvo a palavra ao senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a Sessão (11h10min)... Senhores deputados, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão. Dentro de instantes iniciaremos a Sessão Extraordinária (11h11min).